

Os programas de crédito e a desintegração não-intencional das economias extrativas de exportação no Médio Amazonas do Pará *

STEPHEN G. BUNKER **

Este artigo analisa os efeitos da formação de pastos financiada através de programas especiais de crédito numa economia sub-regional baseada na agricultura de pequena escala e na atividade extrativa das florestas no Médio Amazonas do Pará. Mostra-se que neste caso os programas de crédito tiveram a consequência não-intencional de desintegrar a existente economia de exportação baseada na castanha-do-pará e em alguns produtos extrativos menos importantes, mesmo a despeito do fato de que a economia extrativa gerava mais renda e criava mais emprego do que os pastos que a substituíram.

1 — Introdução

Um dilema crucial no planejamento centralizado do desenvolvimento é que os planos ou programas projetados para aplicação geral, regional ou nacional podem ter consequências negativas não-intencionais em certas economias sub-regionais. Esse problema é especialmente

Nota do Editor: Tradução não revista pelo autor.

* O autor expressa seu agradecimento ao apoio dado à pesquisa através do Fundo de Pesquisas da Fundação Tinker, administrado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos e do Caribe, da Universidade de Illinois, e através do Centro de Estudos Internacionais Comparados, da mesma universidade, bem como à assistência do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, no recolhimento dos dados aqui apresentados. Os comentários de um leitor anônimo para a *PPE* foram muito úteis na revisão de uma versão anterior deste artigo.

** Do Departamento de Sociologia da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign.

agudo onde parcelas importantes dos sistemas produtivos locais integrem-se apenas parcialmente aos mercados nacionais de trabalho e de produtos. A identificação prévia das particularidades locais pode permitir que os planejadores evitem desintegrações indesejáveis de sistemas produtivos através da incorporação à formulação do programa de cláusulas especiais de exclusão. Como, porém, a implementação efetiva dos planos e programas envolve grupos locais com interesses econômicos e políticos particulares, esses resultados não são totalmente previsíveis. Onde a previsão é impossível, ou pelo menos imperfeita, a análise posterior torna-se um meio menos satisfatório de alertar contra resultados similares. O presente artigo aborda uma instância particular desse problema em uma análise dos efeitos econômicos e sociais dos créditos disponíveis nos programas nacionais de formação de pastos e desenvolvimento de rebanhos numa área local que já vinha participando dos mercados regionais e internacionais de produtos agrícolas e extrativos — a região do Médio Amazonas do Pará.

Uma subordinação de mais de 350 anos aos sistemas mundiais de comércio obrigou cada vez mais as sociedades camponesas e indígenas do Amazonas a abandonarem estratégias de subsistência ecologicamente equilibradas — baseadas numa ampla variedade de fontes disponíveis de energia — em prol de uma concentração ecologicamente destrutiva — baseada em um leque muito mais estreito de mercadorias demandadas pelos mercados externos [Smith (1974), Ross (1978), Brockway (1979) e Bunker (1980b)]. A partir de 1960, as pressões do mercado, juntamente com os programas governamentais de incentivos creditícios e fiscais, aceleraram esse processo ao promoverem a expansão da pecuária em pastos plantados [Cardoso e Müller (1977), Davis (1977), Mahar (1979) e Bunker (1980b)]. Algumas fazendas chegam a ter uma área de 325.000 hectares; as enormes áreas desflorestadas reduzem em muito a taxa e a possibilidade de recolonização vegetal. A simplificação dos ecossistemas tropicais e a transformação de grandes áreas de terra em propriedade privada levaram a uma rápida redução das comunidades indígenas e camponesas em extensas áreas da Bacia Amazônica [Davis (1977), Bunker (1980a) e Foweraker (1981)]. Mesmo que esses pastos tenham uma vida econômica muito curta [Hecht (1979)], a elimi-

nação das muitas espécies animais e vegetais que mantêm a cobertura natural do solo e a simplificação ecológica que resulta de uma monocultura de gramíneas podem levar a tamanha lixiviação, erosão e compactação do solo que a recuperação da floresta típica, essencial às estratégias nativas de subsistência, pode jamais vir a se dar [Goodland e Irwin (1975) e Janzen (1973)].

As comunidades indígenas e camponesas do Amazonas são altamente vulneráveis à expansão da pecuária extensiva porque a agricultura itinerante, essencial para manutenção da produção a longo prazo, não conduz a formas legais de garantia de posse, tais como a medição das terras e a titulação. Isto facilita a argumentação dos fazendeiros, que afirmam que a terra está desocupada ou não tem dono. As baixas densidades populacionais, bem como a ausência de conexões com o mercado e de aliados políticos, permitem que os empresários privados e os planejadores do Governo tratem tais áreas como fronteiras vazias, disponíveis para as fazendas e plantações.

As comunidades agrícolas rurais com laços bem estabelecidos com os mercados nacionais e internacionais, especialmente aquelas com economias mistas parcialmente dependentes dos produtos florestais, podem ser menos suscetíveis à desintegração econômica e ecossistêmica promovida pela formação de pastos em larga escala. A região do Médio Amazonas do Pará, o Estado mais a leste da Amazônia brasileira, foi escolhida como um caso-teste para essa possibilidade em virtude de ser uma das áreas rurais mais densamente colonizadas e mais produtivas da Amazônia brasileira e porque um comércio regional e internacional de sua produção, há muito estabelecido, juntamente com uma elite comercial cujo poder e privilégios dependem desta produção, distinguem-na de outras partes da Amazônia em que tenha ocorrido a formação de pastos em larga escala (ver Apêndice), constituindo, assim, o caso mais provável de manutenção da atividade intensiva em trabalho, tanto agrícola quanto extrativa.

Os dados aqui apresentados foram recolhidos em dois meses de trabalho de campo em 1980 e em visitas ocasionais de 1975 a 1978 e obtidos em entrevistas abertas com camponeses locais, fazendeiros, comerciantes, banqueiros e funcionários de vários órgãos estaduais e federais, na observação direta dos sistemas produtivos pecuaristas e

camponeses e em documentos oficiais. A não ser que haja observação em contrário, todos os dados obtidos em entrevista incluídos aqui foram corroborados por várias fontes.

Santarém, a principal cidade do Médio Amazonas, está situada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Ao norte, oeste e leste de Santarém estão algumas das maiores campinas, ou *várzeas*,* da Bacia Amazônica. A inundação anual destas áreas mantém relativamente alta a fertilidade do solo e controla a proliferação de certas pestes e pragas. Como resultado, o cultivo da *várzea* é muito mais produtivo do que o das partes mais altas, ou *terra firme*, tanto para as culturas anuais como para as de longo prazo, pois também apresenta vastas áreas de gramíneas naturais razoavelmente nutritivas. Embora menos produtivas do que a *várzea*, as partes mais altas da região, ou *terra firme*, têm uma maior proporção de solos férteis do que a maioria da *terra firme* no resto da bacia [Projeto RADAM (1976)].

O vale do Tapajós e a *várzea* que está na margem oposta do rio Amazonas na sua foz têm sido os lugares de algumas das mais dramáticas confrontações entre diferentes sistemas de produção e troca na Amazônia. As primeiras crônicas dos exploradores europeus, a análise arqueológica posterior de uma tradição de cerâmicas altamente elaborada e a existência de extensas áreas de solos antropogênicos indicam populações densas, produção artística sofisticada, redes de comércio extensivas e considerável organização militar anterior à conquista europeia [Palmatory (1960), MacDonald (1972), Isaacson (1981) e Smith (1980)].

As complexas tecnologias indígenas, combinando o cultivo da *várzea* e da *terra firme* de modo a manter densidades populacionais excepcionalmente altas, desapareceram à medida que as sociedades que as desenvolveram foram sendo dizimadas pelas expedições escravizadoras que buscavam trabalhadores para as plantações de açúcar e a extração expedicionária de especiarias (*drogas do sertão*), produtos que asseguravam as rendas da colônia europeia [Ross (1978), Heriarte (1974), Nimuendaju (1952), Palmatory (1960), Leite

* Todas as palavras grifadas aparecem em português no original. (N. do T.)

(1943) e Reis (1949)]. A população nativa original da foz do rio Tapajós já tinha sido radicalmente reduzida em 1661, quando ali se estabeleceu uma missão. Os novos sistemas produtivos, controlados pelos europeus, restringiram ainda mais a tecnologia indígena quando se introduziu o gado, logo após o estabelecimento da missão. As tecnologias indígenas, altamente produtivas, diversificadas e ecologicamente equilibradas, foram substituídas por um sistema extensivo de pastos que usava as abundantes gramíneas da *várzea* quando o rio estava baixo e deslocava o gado para as terras mais altas ou para currais, sobre estacas (*marombas*) nas cheias e por um leque muito mais estreito de atividades extrativas e agrícolas, determinado pela demanda européia e colonial de mercadorias específicas.

A produção da missão estabeleceu uma nova organização econômica e social na área já no final do século XVII e colocou a cidade de Santarém — na margem sul — numa posição-chave como entreposto para uma série de estabelecimentos da margem norte. A demanda internacional de borracha levou ao crescimento e ao aumento da importância comercial, e Santarém tornou-se um importante centro de coleta de borracha no final do século XIX, além de ter sido, posteriormente, o lugar da fracassada tentativa da Ford de estabelecer plantações de borracha na Amazônia, continuando a servir de mercado e centro administrativo para as cidades mais afastadas.

A diversidade econômica desta área (combinada com o acesso aos crescentes mercados de Belém e Manaus nos anos recentes) produziu um campesinato relativamente próspero e uma classe de pequenos comerciantes e pequenos fazendeiros relativamente grande. Santarém e os municípios do outro lado do rio Amazonas exportavam carne, arroz, feijão e mandioca para as cidades maiores (Manaus, cerca de 500 milhas rio acima, e Belém, cerca de 500 milhas rio abaixo), assim como castanha-do-pará, borracha, madeira, juta e, mais recentemente, pimenta-do-reino para o sul do Brasil e para o exterior. Quase todos os produtos agrícolas e a maior parte da carne eram produzidos por pequenos camponeses.

De 1950 em diante, Santarém tornou-se um centro de serviços para os municípios periféricos, devido às decisões governamentais de ali localizar serviços médicos e de educação, bem como um aeroporto.

O fluxo resultante do tráfego para Santarém e o aumento do emprego de profissionais e de funcionários promoveu seu desenvolvimento também como centro comercial da região. Embora cada vez mais subordinado aos estabelecimentos comerciais, financeiros e administrativos de Santarém, os municípios menos povoados da margem norte do Amazonas – Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Alenquer – mantiveram uma certa exportação direta para as capitais regionais, para o sul do Brasil e para o exterior, principalmente através do porto para embarcações de grande calado do Estreito de Óbidos.

2 — A economia regional antes de 1971

2.1 — Agricultura e extração

Um elemento-chave na prosperidade do campesinato da região era sua capacidade de explorar uma ampla gama de nichos ecológicos através dos ciclos sazonais da cheia e da baixa do rio e das estações seca e chuvosa. Além de prover suas próprias necessidades de subsistência, os camponeses, ao usarem a agricultura itinerante, comercializavam arroz, feijão, milho e mandioca, plantando feijão e milho tanto na *várzea* como na *terra firme*. A juta, plantada na *várzea* na baixa do rio, era colhida e processada quando as águas subiam, enquanto a colheita de castanha-do-pará na *terra firme* geralmente terminava de um mês a seis semanas antes. Tanto o cultivo da juta como a extração de castanha-do-pará podiam ser combinadas com ciclos agrícolas, e assim forneciam rendas suplementares importantes em dinheiro. Os camponeses também coletavam para vender uma série de outros produtos da floresta, como a *balata* (espécie de borracha), o *babaçu* (uma palmeira produtora de óleo) e o *cumaru* (uma leguminosa com propriedades medicinais). Como a castanha-do-pará e muitos outros produtos florestais crescem em grupos concentrados, grandes áreas da floresta não eram afetadas pela proximidade das unidades de pequena escala, o que garantia a rápida colo-

nização vegetal das áreas em capoeira, ou descanso, e ajudava a manter a estabilidade ecológica. A disponibilidade de produtos florestais também diminuía as pressões econômicas no sentido de abrir unidades maiores.

Em 1970, o valor comercial dos produtos extrativos nos quatro municípios da margem oposta a Santarém no rio principal era de mais do que um terço do valor de sua produção agrícola (ver Tabela 1), enquanto uma grande proporção destes produtos era exportada.

A dispersão da juta pela *várzea*, a ampla distribuição de castanhas pela *terra firme*, as intensas demandas de trabalho de cada uma das produções e as exigências técnicas para seu armazenamento e exportação contribuíam para a formação de uma estrutura de mercado em que numerosos intermediários rurais itinerantes de tamanho médio canalizavam os produtos para cinco grandes compradores-exportadores — dois baseados em Santarém e três em Óbidos. O volume de comércio dava a esses exportadores uma renda considerável, mas o grande número de plantadores, catadores, compradores, transportadores e empregados de armazém envolvidos no processo distribuía a renda desses produtos entre uma grande proporção da população rural.

2.2 — A pecuária na *várzea*

A pecuária também proporcionava uma renda considerável e bem distribuída. A tecnologia de criação do gado, baseada na rotação sazonal dos rebanhos entre *várzea* e *terra firme*, pouco mudou em mais de 300 anos. Embora o gado prosperasse na *várzea* durante a estação seca, ficava amontoado e mal alimentado nos pequenos currais, pastagens naturais e *marombas* que ocupava na cheia. Segundo o BASA (1966, pp. 182-3), todos os padrões de produtividade e eficiência para o gado de *várzea* estavam bem abaixo das médias nacionais: a natalidade era de menos de 40%; a mortalidade de animais de mais de um ano era superior a 20%; menos de 10% do rebanho eram abatidos a cada ano; o peso das carcaças era de 37 quilos abaixo da média nacional; e a taxa de carne utilizável em relação

TABELA 1

A. Valor da produção agrícola por município — 1970

(Em Cr\$)

Culturas	Municípios				Total
	Alenquer	Monte Alegre	Óbidos	Oriximiná	
Arroz	198.000	99.000	28.350	3.150	328.500
Feijão	280.000	169.000	12.600	1.260	462.860
Milho	435.000	600.000	18.000	94.500	1.147.500
Mandioca	103.500	94.500	92.250	106.875	397.125
Juta	800.000	240.000	2.160.000	240.000	3.440.000
Pimenta	—	224.000	—	2.800	226.800
Fumo	—	360.000	30.000	—	390.000
Cacau	—	1.500	120.000	18.000	139.000
Total	1.816.500	1.788.000	2.461.200	466.585	6.532.285

B. Valor da produção extrativa vegetal por município — 1970

(Em Cr\$)

Produtos	Municípios				Total
	Alenquer	Monte Alegre	Óbidos	Oriximiná	
Cumaru (Dipteryx Adorapa)	68.000	640	52.800	—	121.440
Castanha	585.422	—	512.777	469.257	1.567.456
Resina de jutaíca	900	—	30.000	1.080	31.980
Coco-de-babaçu (Orbygnia Speciosa)	—	65.000	6.500	—	71.500
Palata	285.000	331.500	—	—	616.500
Maçaranduba, resina	4.880	3.200	1.600	1.280	10.960
Total	944.202	400.340	603.677	471.617	2.419.836

FONTE: Estado do Pará, D.E.E. — PA.

ao peso total era uma das menores do País. As mudanças, duas vezes ao ano, entre a *várzea* e a *terra firme* ocasionavam mortalidade e perda de peso; a imobilidade e a umidade nas *marombas* e nos currais de *terra firme* provocavam doenças e a morte dos bezerros; e a dieta mais pobre do período da enchente inibia o crescimento. As “grandes cheias” periódicas, que cobriam *marombas* e currais de *terra firme*, em muito reduziam os rebanhos (a de 1953, por exemplo, provocou uma redução de 20% do rebanho no Médio Amazonas). Enchentes igualmente devastadoras ocorreram em 1964 e 1971. A

despeito de todas essas ineficiências e perdas, entretanto, a criação de gado na *várzea* continuou sendo uma importante fonte de renda em grande parte da região.

A adaptação à *várzea* impediu a extrema concentração do controle sobre a terra e o capital que caracteriza a empresa pastoril orientada para o mercado na maior parte do Brasil. Devido à frequência da movimentação dos rebanhos e à necessidade de cortar capim da *várzea* e carregá-lo para os currais e *marombas* durante a enchente, o manejo dos rebanhos era intensivo em administração e trabalho.

Uma pessoa não podia manejar mais do que 200 a 250 cabeças — capacidade das maiores *marombas*. Oito homens tinham de trabalhar em tempo integral para alimentar este gado, saindo de canoa para mergulhar em busca do capim e trazê-lo à noite. Quando um proprietário tinha mais gado do que podia tratar sozinho, era obrigado a cedê-lo para criar mediante uma divisão igual dos novos bezerras. Uma vez que essa forma de “*sociedade*” efetivamente redistribuía o capital básico entre os camponeses que tinham acesso à *várzea*, o maior “proprietário” do início da década de 1970, que afirmava ter direito a 14.000 cabeças de gado, dividia esse direito com 126 “*sócios*”. Este rebanho era excepcional, pois a norma, até mesmo para os mais prósperos criadores, era não ter mais do que 10 ou 20 “*sócios*”.

3 — Os efeitos da rápida urbanização após 1970

A despeito de seu crescimento como centro de serviços para os municípios periféricos, Santarém continuou sendo um exportador líquido de produtos agrícolas até os anos 70. Entretanto, quatro projetos patrocinados pelo Governo levaram à rápida urbanização de boa parte da sua população rural durante a última década (ver Tabela 2). A construção de uma barragem hidrelétrica a 29 quilômetros da cidade, o desenvolvimento de um porto para embarcações de grande calado e a construção de um grande hotel turístico criaram empregos que atraíram migrantes das áreas rurais circunvizinhas. O término de uma rodovia ligando Santarém à rodovia Transamazônica

e a Cuiabá, no Centro-Sul, abriu Santarém como mercado para um grande número de bens produzidos naquela parte do País, e aumentou seu domínio comercial na região, pois passou a importar mais carne e produtos agrícolas do que exportava.

Uma grande mina de bauxita no rio Trombetas levou a uma urbanização ainda mais dramática, já que uma nova cidade de 50.000 habitantes (Porto Trombetas) foi construída em menos de cinco anos, completamente orientada para a mina e dependendo, quanto aos alimentos, das comunidades à sua volta, pois não possui nenhuma região agrícola própria. Finalmente, o aumento do preço do ouro fez crescer as atividades de mineração em volta de Itaituba, a 200 km de Santarém, Tapajós acima, expandindo em muito a demanda de carne e de produtos agrícolas.

TABELA 2

Crescimento populacional em Santarém — 1950/77

Anos	Município	Cidade
1950	60.229	14.061
1960	92.144	24.498
1970	135.215	51.009
1975	163.069	
1976		90.828
1977	176.825	82.680

FONTES: 1950, 1960 e 1970: IBGE, Censos Demográficos; 1975: IBGE (estimativa); 1976: Fundação SEESP; 1977: Prelazia de Santarém.

As pressões de mercado geradas pelo crescimento urbano e pela nova rodovia afetaram todos os municípios situados na margem oposta do rio — Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e Alenquer — de maneira um tanto diferente, já que cada um deles produzia diferentes combinações de culturas. As plantações que não sofriam a concorrência do Sul do Brasil, ou seja, mandioca e banana, têm mercados mais favoráveis, enquanto as que enfrentavam a concorrência dos produtos de outras áreas, tais como arroz, tomate, feijão e

frutos cítricos, não tiveram um comportamento tão bom. Os maiores efeitos em todos os *municípios*, no entanto, decorreram da expansão do mercado de carne, pois comerciantes locais e alguns fazendeiros tradicionais aproveitaram-se do aumento do preço da carne, dos programas de crédito governamentais e das inovações tecnológicas desenvolvidas pelas fazendas de *terra firme* no leste e sul do Pará e passaram a desmatar áreas extensas — até 4.000 hectares por fazenda — de mata de *terra firme* para formar pastos extensivos a serem usados o ano todo. Suplementando seus próprios rebanhos com o gado que compravam — muito barato — dos fazendeiros menores que permaneciam na *várzea* no início das enchentes de cada ano, competiam efetivamente com as outras áreas de gado agora acessíveis pela estrada, controlando quase todo o acrescido mercado local de carne.

3.1 — O movimento para os pastos de *terra firme*

O movimento para os pastos de *terra firme* começou depois que as enchentes excepcionalmente altas de 1971 reduziram os rebanhos da *várzea* em até 70% em certas áreas. A redução dos rebanhos locais e o crescimento de Santarém contribuíram para um firme aumento nos preços da carne, e de 1972 em diante um número cada vez maior de empresários locais passou a achar Santarém um mercado suficientemente favorável para garantir um retorno a seus investimentos em pastos. Os primeiros fazendeiros a formar pastos perenes em grande escala na área foram dois comerciantes locais que tinham comprado, e mais tarde vendido, fazendas em *terra firme* ao longo da estrada Belém—Brasília no sul do Pará. Os sucessos alcançados com o aumento mais e mais rapidamente do peso dos animais nos pastos recém-formados, juntamente com um novo programa governamental de crédito (PROTERRA), que facilitava os empréstimos para o desenvolvimento de rebanhos e a formação de pastos, encorajaram outros comerciantes e fazendeiros a se mudarem para a *terra firme*. Alguns destes, especialmente os que não adquiriram terras de *terra firme* com suprimento permanente de água, combinaram os pastos de *várzea* com os plantados nas terras mais altas.

Embora não solucionasse o custo e o risco dos deslocamentos duas vezes ao ano, essa estratégia reduzia o volume de pasto plantado exigido por cabeça, enquanto resolvia os problemas de doença, subnutrição, e superpopulação envolvidos no antigo sistema de *maromba*, curral e pequenos pastos naturais.

4 — Efeitos sociais, econômicos e ecológicos da formação de pastos de *terra firme*

A formação de pastos na *terra firme* tendeu a seguir as estradas que ligavam o interior às várias sedes municipais e entre estas, de modo a facilitar o acesso e o transporte de gado. Havia uma tendência a se preferir as terras mais próximas às cidades, tanto porque eram também as de mais fácil acesso à *várzea*, como porque a maior parte dos fazendeiros de gado era também de comerciantes que passavam a maior parte de seu tempo na cidade. Assim, o gado tendia a competir diretamente por espaço com os camponeses produtores de mercadorias, também favorecidos pela proximidade e pelo transporte aos mercados e às docas municipais. Esses camponeses geralmente não possuíam os títulos de suas terras [Bunker (1980b)] e tinham poucos recursos contra os fazendeiros que as desejavam tomar-lhes, pois estes em geral usavam várias táticas diferentes, normalmente começando com ofertas de pagamentos em dinheiro quase simbólicos pelas *benfeitorias* na terra, passando então a ameaçar queimar as terras vizinhas ou soltar o gado nelas. Como os camponeses não podiam proteger suas colheitas do gado ou do fogo, a maior parte dos que sofriam tais ameaças efetivamente abandonavam suas terras, indo para a cidade ou entrando mais na floresta.

O valor das indenizações pagas pelos fazendeiros aos camponeses expulsos variavam de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 100.000,00 em 1980. Tipicamente, uma área entre 15 e 20 hectares, incluindo uma casa com pequenos fornos para torrar *farinha* e castanha-do-pará e um ou dois cômodos mais, uma horta, quantidades comercializáveis de mandioca e arroz, cinco a 10 árvores frutíferas e uma pequena

plantação de subsistência de bananas, receberia uma indenização entre Cr\$ 50.000,00 e Cr\$ 80.000,00. Mesmo que tivesse a permissão de colher a produção daquele ano e tentasse transplantar as árvores menores para um novo terreno, essa quantia era certamente insuficiente para permitir que o camponês se estabelecesse em uma área equivalente ou pudesse fixar residência na cidade, pois os custos de substituição das colheitas de subsistência por compras de comida absorviam-lhe uma parte substancial do dinheiro que recebia.

A rápida difusão dos pastos na *terra firme* desintegrou seriamente a agricultura camponesa, mas teve efeitos mais profundos sobre as economias extrativas da região. A castanha-do-pará foi mais profundamente afetada, já que as áreas onde crescia eram as únicas terras de *terra firme* com títulos que podiam ser usados como garantia para a obtenção de créditos bancários. Embora existissem áreas extensas em que a formação de pastos não teria afetado os *castanhais*, a organização primitiva do comércio de castanha-do-pará e as exigências formais do crédito bancário fizeram com que os *castanhais* se tornassem as terras de pastagens mais procuradas.

Para controlar a venda pelos catadores a quem tinham provido, os compradores locais de castanha-do-pará tinham obtido títulos governamentais para suas áreas de operação, principalmente nas primeiras décadas do presente século. Como havia pouco incentivo para que se titulasse outras partes da *terra firme*, os velhos *castanhais* eram geralmente as únicas terras tituladas.

Os bancos exigiam títulos sobre a terra como garantia para os empréstimos destinados ao plantio de pastagens e ao desenvolvimento dos rebanhos. Embora alguns fazendeiros pudessem usar títulos sobre terras da *várzea* como garantia, essas terras geralmente só eram aceitas para respaldar empréstimos relativamente pequenos. Dessa forma, os empresários que desejavam créditos bancários para a formação de pastos em larga escala procuravam terras tituladas na *terra firme*. Os donos dos *castanhais* geralmente estavam ansiosos por vender, porque a construção de estradas cortando boa parte da área havia destruído o velho sistema de acesso controlado em que se baseava sua capacidade de garantir a safra e porque, mesmo na melhor das estações, sua margem de lucro era muito baixa [BASA, (1966, pp. 148-51)].

As leis de conservação, embora proibissem o corte de castanheiros, não eram seguidas com rigor, mas, de qualquer forma, como essas árvores são altamente suscetíveis ao calor, as que eram deixadas de pé morriam lentamente depois que se queimava a vegetação em sua volta. Mesmo que sobrevivessem, a eliminação da floresta em torno impedia a polinização, que depende de uma abelha que também exige uma variedade de outras plantas. Em algumas áreas, a coleta de castanha-do-pará caiu em mais de 50% a partir de 1971 (ver Tabela 3).

TABELA 3

Declínio da produção de castanhas e babaçu comparado com o crescimento do rebanho bovino em Alenquer - 1974/79*

Anos	Gado	Castanha-do-pará	Babaçu
1974	53.375	8.000.000	900.000
1975	54.976	8.600.000	800.000
1976	56.625	8.400.000	400.000
1977	59.456	6.820.000	300.000
1978	75.509	1.500.000	—
1979	79.285	1.650.000	—

FONTE: Estimativas preliminares do IBGE.

* Só se dispõe de informações relativas a Alenquer.

A dizimação de grandes áreas de *castanhais* eliminou as economias camponesas de *terra firme*, mais flexíveis e mais equilibradas do ponto de vista ecológico. Os *castanhais* próximos às cidades, estradas e rios haviam criado oportunidades especialmente favoráveis para as famílias camponesas combinarem uma economia mista de agricultura de subsistência e vendas de excedentes das safras e de castanhas-do-pará, o que se tornou impraticável à medida que os *castanhais* mais facilmente acessíveis foram limpos e queimados. A coleta de castanha-do-pará nas áreas mais remotas restringe-se à extração expedicionária, em que o coletor recebe provisões em troca da venda do que coleta. O catador que participa de uma tal expedição não pode manter nenhuma atividade agrícola enquanto está

fora, ficando sujeito a condições de saúde muito mais precárias e incorrendo em custos mais altos — normalmente sob a forma de dívidas que o comprador desconta das castanhas recolhidas. Os camponeses que não podem mais depender da castanha-do-pará para suplementar sua renda agrícola são obrigados a cultivar áreas maiores, quando conseguem encontrar terras que não estão em litígio para cultivar. As terras disponíveis já estão mais distantes das cidades e estradas, e assim as dificuldades e os custos de venda da produção agrícola agora aumentaram.

O desflorestamento e a formação de pastagens limitaram drasticamente as oportunidades de subsistência e de renda para os camponeses da região. A expulsão da terra e a dizimação dos *castanhais* forçaram muitos camponeses a se mudarem para as cidades, o que levou à formação de grandes favelas em torno de cada um dos centros urbanos dos municípios durante a última década. Os homens desses novos lares urbanos passaram a depender de empregos temporários na derrubada e na queimada para a formação de novos pastos, na construção e na manutenção das cercas e na limpeza de pastagens já feitas. Durante a colheita, muitos partem para os *castanhais* remanescentes, ao passo que as oportunidades para o trabalho feminino produtivo nessas famílias foram quase totalmente eliminadas.

Mais de 80 fazendas de *terra firme* com mais de 1.000 hectares de terra desflorestada cada uma se estabeleceram até 1980; muitas delas incluíam áreas ainda maiores — até 4.000 hectares — ainda não limpas. Pelo menos 10 fazendas tinham limpado mais de 4.000 hectares e reivindicavam áreas totais de até 14.000 hectares cada uma. Em quase todos os casos, camponeses foram expulsos dessas áreas. Entretanto, a especificação do número de famílias afetadas só é possível nos casos em que o INCRA, a prefeitura local ou o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) foram chamados para mediar ou decidir sobre as disputas de posse efetiva. Nos casos que envolvem fazendas maiores, isto é, de mais de 4.000 hectares limpos, o número de famílias camponesas afetadas variava de aproximadamente 40 a mais de 100. Os números registrados de expulsões das fazendas menores variavam de 17 a 62. Em um caso, o STR local afirmou que uma das empresas que tinha comprado títulos de mais de

7.000 hectares de terra estava no processo de remover mais de 500 famílias camponesas da área. Embora esse último dado não pudesse ser verificado diretamente, vários representantes de órgãos oficiais confirmaram que existiam tensões sérias relativas à terra envolvendo um grande número de camponeses naquela área, e que já tinham ocorrido dois assassinatos relacionados com o problema da terra.

O tamanho da fazenda ou da terra não está correlacionado com o número de famílias afetadas. Fatores tais como a fertilidade do solo e a proximidade das estradas, que determinam a densidade do povoamento, têm uma intervenção importante nessa associação. Além disso, diferentes fazendeiros seguiram estratégias diferentes — alguns expulsando todos os camponeses de toda a extensão de suas terras, outros expulsando-os gradualmente, à medida que ampliavam suas áreas de pastagem.

No presente momento, é impossível uma especificação precisa do número de camponeses afetados: a maior parte dos casos de expulsão é resolvida informalmente entre fazendeiros e camponeses, e fatores intervenientes que afetam a densidade de povoamento não permitem extrapolações a partir dos relativamente poucos casos que são levados à atenção dos vários órgãos formais. Dificuldades similares limitam a especificação do número de camponeses cujas economias extrativas reduziram-se ou foram eliminadas pelo desflorestamento. Tais dados podem apenas ser inferidos a partir da redução do volume total de castanha-do-pará e de outros produtos florestais coletados e pelos relatos dos compradores locais, que dizem que as ofertas remanescentes vêm de fontes cada vez mais distantes. Embora não se possa precisar exatamente os números reais de camponeses afetados, a grande área de mata derrubada, os números envolvidos nos poucos casos solucionados oficialmente e a evidência visual das favelas que crescem rapidamente em torno dos centros urbanos de cada município indicam que uma proporção substancial de camponeses perdeu acesso à terra e aos produtos extrativos.

Todas estas tendências parecem continuar. Muitos fazendeiros de *terra firme* estão desenvolvendo rebanhos de criação próprios, que diminuirão sua dependência do gado criado na *várzea* e aumentarão a pressão pela expansão das pastagens de *terra firme*. Embora os solos férteis dessa região e a administração mais direta que é possível

nessas fazendas comparativamente menores possam ter mantido a deterioração das pastagens a taxas inferiores às das fazendas maiores do sul do Pará [Hecht (1979)], muitos pastos já se deterioraram bastante. Vários fazendeiros entrevistados planejavam derrubar mais florestas e plantar novos pastos, afirmando que isso era mais fácil e mais barato do que limpar e reabilitar os pastos já estabelecidos. Três grandes firmas de fora da região compraram áreas extensas — chegando até a 70.000 hectares — que estão começando a derrubar.

4.1 — Gado e estrutura de classe

A mudança de ecossistema também afetou os grupos dominantes da região. A introdução dos pastos de *terra firme* levou a uma importante redistribuição de renda entre as elites locais. As restrições tecnológicas e ambientais aos grandes rebanhos no sistema tradicional *várzea-terra firme* faziam com que, apesar de os maiores pecuaristas terem uma situação melhor do que a da maioria dos camponeses, esses rebanhos não gerassem um grande volume de renda, e a que geravam se espalhasse entre vários fazendeiros menores. A maior parte dos comerciantes locais tinha rebanhos de *várzea*, mas estava ainda mais sujeita às limitações de administração do que os fazendeiros de tempo integral. A única fonte de riqueza concentrada nos municípios do lado norte do rio era a exportação de castanha-do-pará e de juta. Óbidos, devido a seu bem localizado porto para embarcações de alto calado, era o ponto de embarque para exportação, onde três famílias controlavam todo o comércio de exportação por mais de 30 anos. Dois ou três comerciantes em cada uma das outras cidades compravam, para eles, agindo como agentes, estas colheitas, ou então as revendiam às firmas de exportação de Óbidos ou às duas companhias exportadoras de Santarém. O movimento para a *terra firme* solapou o poder destes exportadores ao reduzir o volume de castanha-do-pará — sua mercadoria mais valiosa —, criando também uma forma de acumulação de capital que os exportadores não podiam controlar. Pela primeira vez os comerciantes, individualmente, tinham meios de reinvestir seus próprios lucros sob formas que não os colocavam diretamente em concorrência uns com os

outros – os novos mercados urbanos de carne tinham uma expansão muito maior do que jamais havia sido a da demanda local de bens de consumo. As qualificações técnicas, os contatos com compradores estrangeiros, as grandes quantidades de capital líquido e os custos fixos dos armazéns tinham restringido a participação do mercado de exportação de castanha-do-pará e juta. O gado, por outro lado, podia ser comprado e vendido facilmente, valorizava-se mais rapidamente do que a inflação e podia ser comprado em unidades suficientemente baratas, sendo assim um investimento atrativo para os lucros comerciais de curto prazo. Nas palavras de um comerciante-fazendeiro, o gado tornou-se um tipo muito lucrativo e flexível de caderneta de poupança. A disponibilidade de crédito bancário fácil, de 1972 a 1978, aumentou a vantagem econômica da criação de gado. Em 1980 havia pelo menos sete rebanhos de mais de 4.000 cabeças de gado e pelo menos 70 com mais de 1.000. Em contraste com o número menor de grandes rebanhos distribuídos em “*sociedade*” no sistema de criação de gado baseado na *várzea*, os proprietários dos rebanhos baseados na *terra firme* controlavam-nos individualmente, empregavam muito menos trabalho e podiam vendê-lo quando quisessem e com uma idade menor. Assim, a pecuária de *terra firme* criou uma nova classe, de bases mais amplas, de proprietários capazes de explorar um mercado em expansão; ao mesmo tempo, reduziu os recursos econômicos que anteriormente sustentavam uma classe muito menor de exportadores.

Em 1980 duas das três firmas compradoras de castanha-do-pará estavam em sérias dificuldades e o proprietário da terceira, apesar de ainda estar em posição forte, confessou ter seus lucros de exportação reduzidos e estar começando a investir em pastagens e gado.

A expansão das fazendas de *terra firme* afetou muito menos a economia pecuária de *várzea* do que a agricultura e extração camponesas de *terra firme*. De qualquer forma, tornou as fazendas da *várzea* ligeiramente mais lucrativas. Embora a maior parte dos fazendeiros de *terra firme* esteja fazendo seus próprios rebanhos de criação introduzindo raças puras ou rebanhos melhorados do Sul, nenhum deles, entretanto, vinculou mais do que uma pequena proporção de seu capital a esta aventura de longo prazo. Ao invés disso, tendem a comprar a maior parte do gado a pequenos fazendeiros de *várzea*

ao final da estação seca, quando os rebanhos se encontram, então, no melhor de suas condições, tendo passado a estação seca com muito pasto e água, e os preços do gado caem, porque muitos dos pequenos fazendeiros preferem vender a incorrer nas despesas e riscos de uma viagem de volta à *terra firme*, certamente causadora de perda de peso. O gado comprado é carregado em barcos diretamente da *várzea* e então levado a pé ou de caminhão até os pastos de *terra firme*, onde serão engordados até que as enchentes façam subir de novo o preço da carne. Assim, a maior parte dos lucros dos grandes fazendeiros de *terra firme* deriva, na realidade, mais dos negócios com o gado do que da sua criação, embora isto possa mudar à medida que cresçam seus próprios rebanhos de criação, especialmente se a demanda de carne estabilizar-se.

O crescimento dos negócios com gado está gerando volumes significativos de renda para os empresários que combinam a compra de gado aos criadores baseados na *várzea* com o transporte e a engorda em seus próprios pastos e com a venda subsequente, na ocasião propícia, nos mercados urbanos, também acrescidos. Os criadores da *várzea* tiveram algum benefício com a possibilidade de escolher entre os riscos de mudar o gado da *várzea* e o baixo preço que recebem ao final da estação seca. Muitos camponeses de *terra firme* sofreram reduções substanciais, tanto de renda como de subsistência. Entretanto, ainda mais significativa do que esta redistribuição de renda é a redistribuição da propriedade e do acesso aos recursos produtivos. Os rebanhos continuam crescendo e é introduzido um número cada vez maior de tipos melhorados de gado. Os arranjos existentes de posse da terra colocam poucos empecilhos à expansão dos pastos existentes e ao estabelecimento de novos. Os preços das terras cresceram um pouco em Santarém, mas o principal custo da aquisição de direitos a novas terras nos *municípios* da margem norte é a indenização aos camponeses ocupantes; os fazendeiros têm mais controle sobre estes custos do que os camponeses. A renda gerada nas vendas de gado e em outras atividades econômicas é, normalmente, reinvestida em gado e na expansão das pastagens. O controle bancário sobre a aplicação dos créditos tem sido bastante frouxo, permitindo que um fazendeiro que tenha adquirido terra titulada possa usá-la para garantir créditos empregados na expansão

de seus pastos e de seus rebanhos em terras não tituladas. A concentração da posse da terra entre um grupo relativamente pequeno de fazendeiros tende a reduzir ainda mais tanto as rendas dos camponeses como os lucros das fazendas de exportação.

Antes de 1970 a acumulação de capital por comerciantes locais era severamente restringida pela limitação do mercado de bens de consumo e pela concorrência mútua acirrada por tal mercado limitado. Qualquer capital, por menor que fosse, que conseguiram acumular era imobilizado em seus próprios estoques. Os comerciantes de maior sucesso distinguiam-se em primeiro lugar por sua capacidade de investir em seus próprios meios de transporte.

A contínua expansão dos rebanhos e dos pastos não apenas transformou estes comerciantes em uma nova classe de proprietários, como também criou-lhes oportunidades de reinvestir a maior parte de seus lucros. As novas oportunidades de acumulação e investimento foram particularmente significativas para os comerciantes e negociantes que controlavam caminhões e barcos grandes. Os proprietários de barcos e caminhões ficaram numa posição especialmente favorecida, de onde se aproveitaram do lucrativo comércio de gado proporcionado pelo mercado em expansão, pelo acesso ao crédito para a formação de pastos e pela disposição dos criadores da *várzea* de vender seus rebanhos a preços baixos no final da estação seca. Estes comerciantes usaram o crédito agrícola para estabelecer suas próprias pastagens de *terra firme* para engordar o gado que compravam e, em alguns casos, buscaram crédito para expandir também sua capacidade de transporte. Estes mesmos empresários estão agora investindo em seus próprios rebanhos de criação (de raça melhor) e poderão, eventualmente, vir a exercer muito mais controle sobre os mercados locais de carne. Entretanto, a presente situação de mercado continua a apresentar oportunidades de acumulação e expansão também para os fazendeiros-compradores menores.

O mercado de carne de Santarém — que consome de 300 a 350 cabeças de gado por semana — ainda está aberto a qualquer pessoa com um caminhão ou barco e dinheiro para comprar algumas cabeças de gado, ao passo que outros mercados locais de carne são controlados muito mais rigidamente. Um empresário-fazendeiro de Santarém vende de 95 a 140 cabeças por semana num contrato exclusivo

de abastecimento a Porto Trombetas e outro tem um contrato para abastecer o maior matadouro de Itaituba — que compra cerca de 50 cabeças por semana. Eles, por sua vez, estabeleceram relações de compra com vários comerciantes e fazendeiros menores. A presença freqüente de compradores de Manaus e a facilidade de acesso ao mercado favorável de Santarém, no entanto, tem agido no sentido de manter altos os preços, até mesmo para os fazendeiros menores. Os grandes negociantes podem obter lucros maiores, integrando verticalmente a compra, o transporte, a engorda e a venda, mas estão longe de poder controlar o mercado de Santarém. A pecuária de pequena escala da *várzea* pode persistir no Médio Amazonas porque integra-se horizontalmente com as fazendas de *terra firme* intensivas em capital, mas o controle dos barcos e caminhões distingue claramente os novos fazendeiros-comerciantes dos criadores de gado da *várzea*, em termos de controle de mercado, lucratividade e escala. Entretanto, à medida que aumentam os rebanhos de criação de *terra firme*, os fazendeiros da *várzea* poderão ficar sujeitos a uma manipulação crescente dos preços e dos mercados de gado.

5 — Reação camponesa ao desflorestamento

A diversidade ecológica que anteriormente favorecia a economia camponesa nesta região passou a limitar as possibilidades de resistência unificada ao desflorestamento em larga escala. Os fazendeiros da *várzea* ainda não foram prejudicados pelos novos pastos, nem tampouco os camponeses que têm suas culturas primariamente na *várzea*. Na verdade, os plantadores de juta melhoraram nos últimos anos, pois os preços crescentes do produto, à medida que o café brasileiro recupera-se da geada de 1975 e exige mais juta para os sacos de café, compensaram parcialmente as firmas de exportação por suas perdas em volume de castanha-do-pará. Os únicos perdedores absolutos na nova formação de pastos foram os camponeses de *terra firme*, uma vez que a adaptação ao ambiente que exploram deixa-os essencialmente separados do campesinato da *várzea* e muito dispersos uns em relação aos outros. Exceto em Alenquer, a resis-

tência camponesa à formação de pastagens tem sido individual, passiva e sem resultados. Na realidade, em alguns casos os camponeses começaram a plantar capim depois de colher as safras de alimentos, para vender ou alugar os pastos aos fazendeiros próximos. Apesar de os vizinhos protestarem, considerando isto como um convite ao desastre, não existem mecanismos reconhecidos ou válidos pelos quais os camponeses possam impedir seus companheiros de apressar seu próprio fim econômico.

Em Alenquer, onde largas extensões de solos férteis juntamente com *castanhais* particularmente densos permitiram uma exploração agrícola de pequena escala muito mais intensiva na *terra firme*, a resistência camponesa tem sido mais geral. Embora o Sindicato de Trabalhadores Rurais venha tentando proteger os direitos de ocupação de seus membros e impedir a confrontação violenta, já ocorreram várias mortes relacionadas com a terra, e em diversos casos grupos de camponeses ameaçaram um fazendeiro com violências se persistisse em sua derrubada. Em um destes casos o prefeito do município interveio do lado dos camponeses e o fazendeiro desistiu, embora tenha adquirido e derrubado mais terras nas proximidades.

Apesar de a resistência camponesa em Alenquer sugerir que a densidade populacional e os vínculos estabelecidos com o mercado sejam capazes de promover reações contra a formação de pastagens, está claro que se trata de reações de comunidades isoladas e não reações baseadas na estrutura de classes, e que mesmo nas áreas relativamente férteis de Alenquer esta resistência não é nem geral nem apoiada efetivamente pelos exportadores de castanha, cujos interesses econômicos vêm sendo ameaçados pela difusão dos pastos.

6 — Desflorestamento e política nacional de desenvolvimento

A relativa facilidade com que o gado eliminou os *castanhais* levanta algumas questões interessantes relativamente às políticas de desenvolvimento e prioridades de planejamento que, nacionalmente, o Brasil faz para a Amazônia. O crédito bancário subsidiado pelo

Governo e disponível para as atividades agropecuárias acelerou muito a difusão dos pastos, e as regulamentações bancárias fizeram com que os fazendeiros preferissem os *castanhais* como locais para pastos. Os planos econômicos governamentais para a Amazônia são deliberadamente orientados para a exportação [Mahar (1979)]. Não apenas a castanha-do-pará é uma cultura quase exclusivamente de exportação, como, ademais, um castanhal denso gera mais renda do que uma área equivalente de pastos e não exige o investimento de capital da derrubada, cercas e limpeza — para não mencionar o preço de compra e os custos de transporte do gado. Este não demanda, é claro, o grande volume de trabalho que a coleta de castanha-do-pará exige, de modo que, apesar de ser menor o rendimento total por área dada, é muito mais suscetível ao controle concentrado e, portanto, aumenta os lucros dos empresários, individualmente. Pareceria então que, no caso aqui considerado, embora os camponeses tivessem conexões bem estabelecidas com o mercado e sua expulsão da terra prejudicasse diretamente as economias de uma poderosa elite comercial local, apesar de a drástica redução dos castanhais ter sido contra as políticas governamentais de promoção de exportações, nenhum destes fatores foi suficientemente forte para compensar as vantagens econômicas e políticas que a pecuária apresentava para as estratégias de concentração de capital dos membros de uma classe empresarial local cada vez mais poderosa.

O acesso a volumes substanciais de crédito bancário a taxas de juros bem abaixo da inflação foi um dos mais importantes fatores na rápida expansão dos pastos e na resultante desintegração da economia mista então existente nesta região. É claro, entretanto, que vários outros fatores, incluindo o rápido crescimento da população urbana de Santarém, o desenvolvimento de Porto Trombetas e o crescimento do emprego assalariado não-agrícola que a construção de represas, estradas, um porto e um hotel, juntamente com a expansão dos serviços administrativos, promoveram na área, assim como o estabelecimento de empresas urbanas, tornadas possíveis pelas novas ligações rodoviárias com a região Centro-Sul, tudo isso contribuiu para a expansão do mercado regional de carne, do qual dependiam as novas fazendas. A análise das implicações deste caso

para a política e o planejamento do desenvolvimento exige uma distinção clara entre os efeitos dos fatores relacionados aos mercados e às políticas de crédito agrícola.

O efeito inicial do rápido crescimento urbano e das novas ligações rodoviárias a Santarém foi a redução do volume de negócios e de lucros dos comerciantes dos municípios menores. Embora Santarém fosse claramente o principal porto da região, os outros municípios também eram servidos por muitas das mesmas linhas de barco, e tanto os seus custos de transporte como a variedade dos bens de consumo disponíveis eram essencialmente equivalentes aos de Santarém. A abertura de Santarém ao transporte rodoviário deu aos comerciantes desta cidade uma clara vantagem sobre os da margem norte do rio, e um número cada vez maior de habitantes da margem norte passou a se utilizar das viagens de barco, relativamente baratas, para fazer suas principais compras em Santarém. O custo de tais viagens podia ser parcialmente compensado levando-se bens agrícolas aos mercados de Santarém, mais favoráveis. Os comerciantes da margem norte tiveram poucas oportunidades de acumular capital nos bons tempos e sua situação econômica deteriorou-se ainda mais no começo do movimento para os pastos de *terra firme*.

Os custos de limpar os pastos, cercá-los e comprar gado estavam, naquele tempo, claramente além da capacidade financeira dos comerciantes: em 1980, a formação de pastos custava aproximadamente Cr\$ 60.000,00/ha; o custo de cercar era de aproximadamente Cr\$ 25.000,00 por 6 ha, que é geralmente considerado o tamanho ideal para a rotação adequada dos pastos; e os custos anuais de limpeza de um pasto adequadamente mantido e relativamente novo estavam entre Cr\$ 800,00 e Cr\$ 1.000,00/ha. Gado de criação, sem ser de raça, custava pelo menos Cr\$ 20.000,00 por cabeça, enquanto o de raça custava muito mais. Foi dito que alguns destes fatores, incluindo o trabalho, tinham sido mais caros em anos anteriores, mas de nenhum deles, exceto gado, se disse ter sido mais barato. Ao se considerar estes custos em relação ao tamanho das áreas preparadas e aos rebanhos estabelecidos, percebe-se que o investimento estava muito acima dos níveis do capital local. A conclusão de que o acesso a grandes volumes de crédito tornou-se uma condição necessária para a rápida difusão das pastagens de *terra firme* foi con-

firmada pelos próprios fazendeiros, pois todos os entrevistados, incluindo os que tinham vendido terras em outras partes do Pará, destacaram a importância crucial do crédito subsidiado no estabelecimento tanto de suas próprias pastagens como de outras de *terra firme*, enquanto mais da metade mencionou especificamente a importância do PROTERRA.

A avaliação da situação financeira anterior dos comerciantes, dos altos custos da formação de pastos e de suas próprias declarações de que o crédito foi essencial para o estabelecimento da pecuária de *terra firme* indica que as políticas de crédito agrícola, especialmente as aplicadas através do Banco do Brasil, foram uma das condições necessárias para a rápida expansão da pecuária de *terra firme*. É igualmente claro, entretanto, que o uso e o efeito eventual deste crédito teriam sido muito menores se outros fatores não tivessem simultaneamente expandido o mercado local de carne. Entretanto, provavelmente uma parte do crédito teria sido usada para os pastos de *terra firme*, mesmo se o mercado permanecesse estável, devido à maior eficiência e controle possíveis com esta forma de pecuária. Assim, pode-se identificar o acesso ao crédito subsidiado como um fator essencial na rápida expansão dos pastos e na redistribuição de propriedade, renda e população a que levou, tendo sido o crescimento do mercado um fator adicional cujo efeito primário foi acelerar e intensificar os efeitos do crédito bancário.

Os efeitos mais profundos da formação de pastos sobre a economia regional podem ser atribuídos diretamente às políticas de crédito agrícola e aos procedimentos formais de empréstimo. As exigências bancárias de garantias reais amparadas por títulos de terra foram o principal fator na destruição dos *castanhais*. Existiam e existem outras áreas extensas igualmente adequadas para os pastos. Além de a existência de *castanhais* aumentar os custos de formação dos pastos e os preços de compra tenderem a ser maiores, o fato de que frequentemente os estabelecimentos camponeses são mais densos nas áreas em torno dos *castanhais* aumentava os custos econômicos de indenização, o tempo perdido em negociações e os custos sociais de conflitos e ressentimentos. A única razão para os fazendeiros assumirem os custos extras e as dificuldades de formar pastos nos *castanhais* era satisfazer as exigências bancárias de garantias reais para

o crédito de investimento. Muitos dos pecuaristas entrevistados admitiram que teriam preferido estabelecer os pastos em outras áreas, mas que não viam nenhuma outra solução para sua necessidade de crédito.

7 — Conclusão

Esta análise mostrou que as políticas de crédito agrícola e os procedimentos bancários formais estabelecidos a nível nacional foram fatores primários na desintegração de uma economia camponesa que era parcialmente, mas significativamente, integrada a mercados nacionais e internacionais. As conseqüências dessa desintegração foram a redução do potencial regional de exportação e a diminuição substancial das oportunidades de renda para uma parcela considerável da população local. Tais conseqüências não-intencionais de programas de desenvolvimento nacionalmente promulgados são um problema especial para um país como o Brasil, que inclui zonas ecológicas e climáticas muito diversas entre si, nas quais a produção agrícola e os sistemas de troca são ainda extremamente heterogêneos em termos de posse da terra, instituições, relações de trabalho, tecnologia e grau de integração ao mercado. O grande leque de variações regionais e sub-regionais e a participação relativamente pequena (em termos de economia nacional) de qualquer sistema produtivo sub-regional isolado acresceriam em muito o custo e as dificuldades administrativas de se levar em conta as particularidades locais no planejamento nacional de desenvolvimento (este estudo, porém, sugere que os custos de ignorá-los podem ser ainda maiores).

Políticas que aumentem substancialmente o volume de capital disponível aos empresários locais deveriam receber uma revisão crítica particular antes de sua implementação. No caso analisado aqui, o acesso a volumes muito maiores de crédito permitiu que um pequeno número de empresários aniquilasse qualquer possibilidade de que as economias camponesas já estabelecidas atingissem um equilíbrio entre as pressões em prol de lucros rápidos nos mercados capitalistas e a conservação e cuidados ecológicos necessários a uma

produção de longo prazo. Os camponeses do Médio Amazonas gozavam de condições mais favoráveis na Amazônia brasileira, o que lhes deveria ter capacitado a retenção de suas terras ou a proteção das florestas das quais obtinham parte de sua renda contra a rápida expansão da empresa intensiva em capital e ecologicamente destrutiva. Entretanto, o acesso dos pecuaristas ao crédito subsidiado mudou de tal forma o equilíbrio econômico da região que se tornou lucrativo para eles expandir suas atividades ao custo direto de outras economias. Cláusulas de exclusão que proibissem especificamente o uso dos castanhais e da terra agrícola como garantias reais para formação de pastos, juntamente com meios alternativos de garantia de empréstimos adaptados à falta relativa de terra titulada, teriam, neste caso, permitido a exploração complementar, e não conflitiva, dos novos mercados de carne e produtos agrícolas, mantendo, ao mesmo tempo, o valioso comércio de exportação de produtos extrativos.

Apêndice

Oficialmente, o Médio Amazonas Paraense, uma das 15 microrregiões homogêneas (MRH) delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como unidades de censo no Pará, cobre 235.656 km² da área total do Estado — 1.227.530 km² —, o que a torna a segunda maior MRH do Estado. Com exceção de Santarém, que está no lado sul do rio principal, todos os municípios considerados aqui estendem-se por centenas de quilômetros na mata escassamente povoada até a fronteira Norte do Brasil. Suas zonas densamente povoadas situam-se ao longo das estreitas fronteiras dos municípios ao longo dos rios. Assim, a densidade populacional global da área, estimada em 1,45 pessoa por km² em 1977, é bastante baixa em relação aos 2,21 estimados para o Estado como um todo. Em 1977, as densidades populacionais das MRH variavam de 0,09 a 25,58 pessoas/km², excluindo Belém, mas todas as áreas de maior densidade estavam nas MRH menores, em volta de Belém. Guajará, a maior MRH do Pará, com densidade populacional (3,12 em

1977) mais alta do que a do Médio Amazonas Paraense (MAP), tem um tamanho inferior a um terço do MAP, enquanto a seguinte, Campos de Marajó, tem um décimo de seu tamanho.

A grande maioria da população estimada do MAP em 1977, 341.307 habitantes, está concentrada ao longo do rio e da *várzea* e na *terra firme* próxima. É esta concentração, mais do que a densidade populacional de toda a área demarcada oficialmente, que qualifica esta área como uma das regiões rurais mais densamente povoadas do Amazonas. A formação de pastos discutida neste artigo também ocorre nas áreas densamente povoadas.

Bibliografia

BASA. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*. Belém, 1966.

BROCKWAY, Lucile H. *Science and colonial expansion: the role of the British Royal Botanic Gardens*. New York, Academic Press, 1979.

BUNKER, Stephen G. Power structures and exchange between government agencies in the expansion of the agricultural sector. *Studies in Comparative International Development*, XIV (1) :56-76, 1979.

———. Barreiras burocráticas e institucionais à modernização: o caso da Amazônia. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10 (2) :555-600, ago. 1980a.

———. Development and the destruction of human and natural environments in the Brazilian Amazon. *Environment*, 22 (7) : 14-20, 34-43, set. 1980b.

CARDOSO, Fernando H., e MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

- DAVIS, Sheldon H. *Victims of the miracle: development and the indians of Brazil*. New York, Cambridge University Press, 1977.
- FOWERAKER, Joe. *The struggle for land*. Cambridge University, 1981.
- GOODLAND, R. J. A., e IRWIN, H. S. *Amazon jungle: green hell to red desert?* Amsterdam, Elsevier, 1975.
- HECHT, Susanna. Spontaneous legumes of developed pastures of the Amazon and their forage potential. In: SANCHEZ, P. A., e TERGAS, L. E., eds. *Pasture production in acid soils of the tropics*. Cali, CIAT, 1979.
- HERIART, Mauricio de. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupa, e Rio das Amazonas, 1974*. [Excertos em Nimuendaju (1952) e Palmatary (1960).]
- ISAACSON, John. *The Amazon at the time of contact, a view from the rio Tapajós*. Urbana, Illinois, 1981.
- JANZEN, Daniel H. Tropical agroecosystems. *Science*, 182:1.212-9, dez. 1973.
- LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1943.
- MACDONALD, Regina. The order of things: an analysis of the ceramics from Santarém, Brazil. *The Journal of the Stewart Anthropological Society*, 4 (1), 1972.
- MAHAR, Dennis J. *Frontier development policy in Brazil: a study of Amazonia*. New York, Praeger, 1979.
- NIMUENDAJU, Curt. The Tapajós. *Kroeber Anthropological Society Papers*, 6:1-12, 1952.
- PALMATARY, Helen Constance. The archaeology of the lower Tapajós Valley, Brazil. *Transactions of the American Philosophical Society*. New Series, 5 (3), 1960.

PROJETO RADAM. *Levantamento de Recursos Naturais*. Vol. 6. Brasília, DNPM, 1976.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Monte Alegre – aspectos de sua formação histórica*. Belém, 1949.

ROSS, Eric. The evolution of the Amazonian Peasantry. *Journal of Latin American Studies*, 10 (2):193-218, nov. 1978.

SMITH, Nigel J. H. Destructive exploitation of the South American river turtle. *Association of Pacific Coast Geographers*, 36: 85-101, 1974.

———. Anthrosols and human carrying capacity in Amazonia. *Annals of the Association of American Geographers*, 70 (4): 553-66, dez. 1980.

(Originais recebidos em setembro de 1981. Revistos em dezembro de 1981.)